

sessões do MAGINÁRIO

VOL. 18 | N. 30 | 2013



CURTA NOSSA
PÁGINA

**Caravaggio, Rammstein
e Madonna**

Ticiano Paludo

P.79

**Hipermodernidade, sociabilidade
e tecnologias digitais**

Erika Oikawa

P.89

**Manifestações e mídias
alternativas**

Antonio Brasil e Samira Moratti Frazão

P.127

A telerealidade da violência no cotidiano – Entrevista com Philippe Joron

The telereality of violence in the quotidian – An interview with Philippe Joron

Erika Oikawa¹ ; Mateus Vilela² ;
Aline Bianchini³ ; Juliano Paz Dornelles⁴ ;
Karina Weber⁵  e Karine Ruy⁶ 



ENTREVISTA

Philippe Joron é Doutor em Sociologia pela Universidade René Descartes, Paris V – Sorbonne (França), e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Paul Valéry – Montpellier III (França), além de Membro do Institut de Recherches Anthropologiques et Sociologiques – Centre de Recherches sur l’Imaginaire (**IRSA-CRI**). Entre 1993 e 1997, foi professor visitante nas Universidades Federais de Pernambuco (UFPE) e de Alagoas (UFAL).

Especialista na obra de Georges Bataille, sua pesquisa organiza-se em torno de três temas principais: a primeira é voltada para a história das ideias sociológicas, especialmente no campo da fenomenologia social; a segunda linha de pesquisa, teórica e empírica, enfoca a vida festiva, tanto em suas formas tradicionais, como os modos mais modernos e urbanos, com trabalho de campo na França e no Brasil; e a terceira diz respeito à comunicação da violência contemporânea. Foi essa terceira temática que o pesquisador abordou no seminário *Telerealidade e alteridade midiática*, realizado no PPGCOM/PUCRS em novembro de 2013, por ocasião do XII Seminário Internacional da Comunicação.

Para Joron (2012), vivemos um paradoxo no qual a banalização do extraordinário na mídia – tal como a violência – fica cada vez mais repetitiva e expoente, ao ponto de se tornar lisa, enquanto o cotidiano se torna motivo de destaque emocional, sacralizando-se, mesmo em seus aspectos mais trágicos ou ordinários. Nesse sentido, o pesquisador defende a ideia de que a noção de telerealidade permite a interpenetração dessas duas dimensões comunicacionais.

Sessões do Imaginário: Atualmente, o senhor fala de três configurações de telerealidade. A primeira configuração do formato *Big Brother*, a das telerealidades em ambientes confinados. A segunda, a telerealidade do cotidiano. E, agora, estaríamos em uma terceira configuração, a telerealidade da violência, como você denominou. Gostaria que o senhor falasse um pouco das diferenças na concepção de realidade dessas três configurações. Por que temos, nesse intervalo de 15 anos, esses diferentes modos de conceber a realidade?

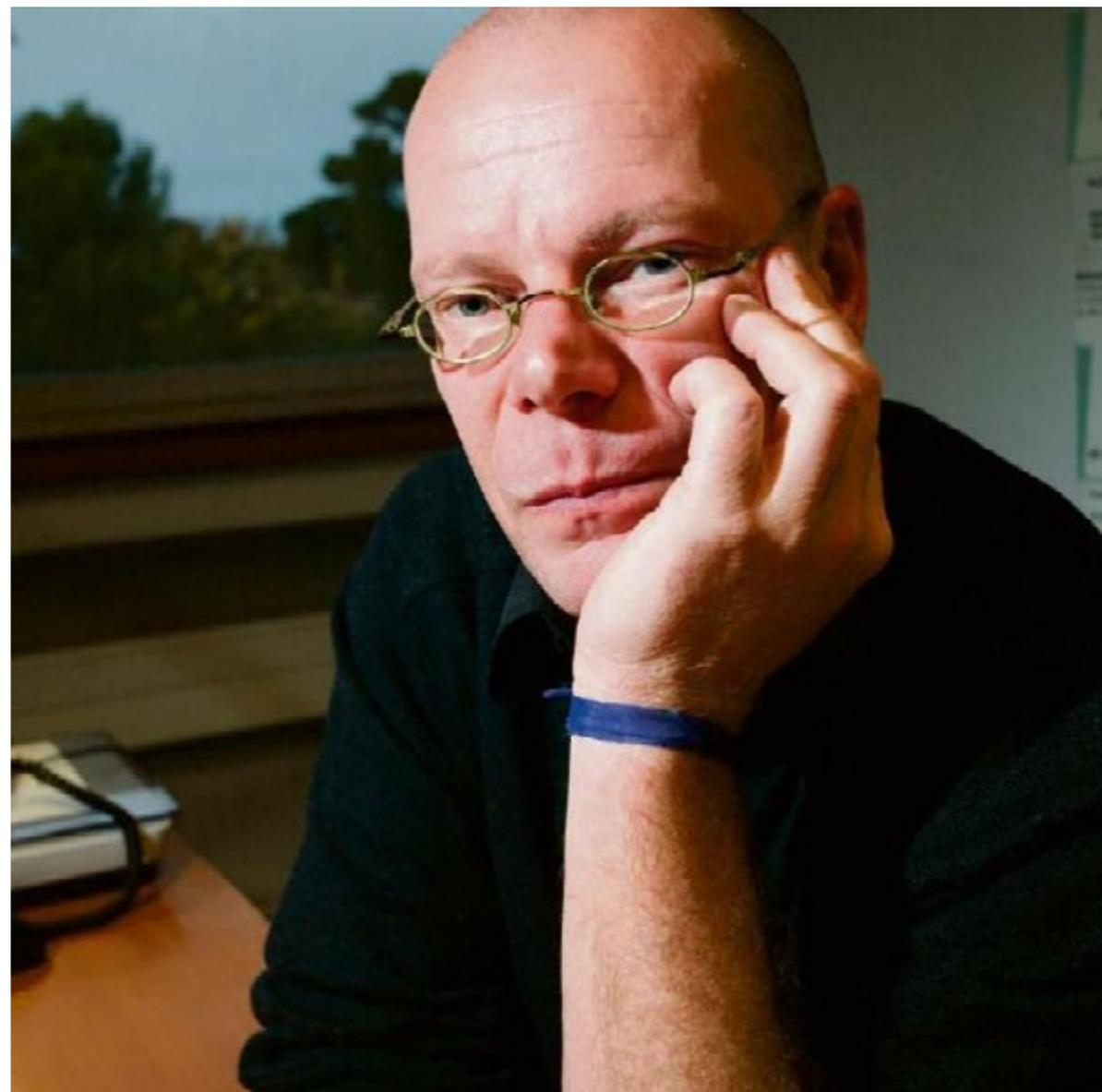
Philippe Joron: São configurações que se complementam. É verdade que elas foram aparecendo uma depois da outra. A primeira, uma configuração que apareceu



em um ambiente mais fechado e utilizando a questão do jogo, da competição entre os participantes. Depois dessa primeira configuração, em paralelo, começou a surgir uma forma de telerrealidade que passou a investir cada vez mais na problemática do cotidiano. Então, não se trata mais de uma competição entre os participantes, trata-se de um modo de mostrar como é a vida – um pressuposto, não quer dizer que a vida seja assim. Trata-se de um objeto de estudo que é o cotidiano, a vida comum, que, às vezes, pode ser muito trivial, se é que se pode dizer isso. É mostrar alguns aspectos que, normalmente, não deveriam ser mostrados ou considerados relevantes. Essa é a segunda configuração. E, pouco a pouco – considerando a Europa, pois, o Brasil é diferente nesse aspecto –, uma terceira configuração, que já chegou há alguns anos, e trata da questão da violência. Às vezes se mistura a problemática da violência com a problemática do cotidiano. Trata-se de mostrar como é o cotidiano da violência. Um exemplo, mostrar qual é o cotidiano dos policiais quando eles investigam casos ou quando estão à procura dos criminosos, e assim por diante. Pode-se também investigar qual é o cotidiano dos advogados, qual é o cotidiano dos juízes e, também, qual é o cotidiano dos criminosos. Então, essa terceira configuração, na Europa, sobretudo na França, começou a surgir há uns cinco anos. Aqui, houve uma sucessão, mas, ao mesmo tempo, uma complementação entre essas três configurações.

SI: Mas é uma questão de formato mercadológico ou você atribuiu um tipo de mudança social e cultural para ter esse tipo de concepção de realidade?

PJ: O mercado se aproveita e tenta perceber esse



Fonte: http://www.liberation.fr/societe/2010/11/10/j-ai-un-briquet-si-vous-bougezje-vous-crame_692657

movimento. O mercado audiovisual pode ser inovador, é claro, e lançar uma ideia, mas ele se aproveita das experiências de outros países. Percebe muito bem o que o telespectador local poderia querer, em se tratando

de televisão. Então, acredito que por trás disso tenha uma matriz social, que podemos até identificar de sociocultural, que faz com que esse tipo de programa consiga arrecadar uma audiência e ter um certo



sucesso. O problema é que houve uma multiplicação desses canais em cinco, seis anos. Muitos canais estão produzindo esse tipo de programa.

SI: Dos exemplos de televiolência que você traz, a violência é tratada de maneira explícita, como a execução de crimes, ações policiais, atos de violência, por exemplo. Mas, e em relação ao estabelecimento de certos enquadramentos dessa realidade por parte dos meios de comunicação, também não seria uma forma de violência? Pois, ao se enquadrar a realidade em determinado *frame*, ignora-se uma série de outras realidades também.

PJ: Muitas vezes, o tratamento dado a um determinado conteúdo pode ser considerado como violência, como você falou. Mas, pode ser considerado como violência de diversas maneiras. Eu me lembro do exemplo de uma menina que tinha caído do quarto ou quinto andar de um apartamento e estava morta no chão. E mostrava o jornalista apontando o corpo e dizendo para o câmera focar ou dizendo a ele para parar de mostrar. Mas a câmera continuava mostrando. Isso é um tratamento violento de um conteúdo violento. O fato de mostrar, em si mesmo, não é necessariamente violento. Mas, existe uma postura que pode ser considerada como violenta. Da mesma forma que eu considero que não mostrar o que existe pode ser considerado como uma forma de violência. Na França, por muito tempo (é verdade que lá existe um órgão público que controla o que pode ser mostrado, sobretudo, em relação aos conteúdos de violência), foi decidido que se podia eufemizar esses fatos. O último exemplo são as violências de

2005, quando houve as revoltas nas periferias das grandes cidades francesas. Os jornalistas, a mídia de modo geral, decidiram não mostrar as imagens, por exemplo, de incêndios de carro e esse tipo de coisa. Enquanto, no mesmo período, na mídia internacional, mostrava-se o que estava acontecendo. Mas isso foi uma determinação da mídia se complementando com uma determinação do governo. Porque, na época, o governo temia uma contaminação da violência. Então, tinha sempre essa preocupação de não mostrar os atos de violência. Mais uma vez essa questão da contaminação, até da valorização da violência, era colocada em choque.

SI: O senhor entende a ditadura da transparência como uma forma de sacrifício da vida particular e íntima no âmbito da telerrealidade? Se sim, em troca de quê o senhor entende que se dá esse sacrifício?

PJ: Isso é muito paradoxal porque, ao mesmo tempo, existe uma tendência de mostrar tudo realmente, é por isso que estamos falando da ditadura da transparência em todos os níveis. Tanto em nível da mídia, quanto em nível da política, das ideias ou da internet. Então, é muito paradoxal porque eu preciso, enquanto cidadão, mostrar o que estou fazendo ou pensando em cada instante. Mostrando tudo, essa transparência traz uma certa visibilidade de si mesmo. É como se eu precisasse tirar a roupa para conseguir incorporar uma identidade reconhecida pelos outros, para conseguir, finalmente, uma visibilidade social. A transparência, em nível da telerrealidade, mas também no nível dos blogs, das redes sociais, participa de um processo de necessidade de se aproximar do

que é verdadeiro. Quanto mais eu mostro, mais me aproximo do verdadeiro, mais mostro para os outros a minha própria verdade. Bom, a gente pode discutir tudo isso. É claro que não é porque você mostra até os aspectos mais triviais da sua vida que isso revela a sua própria verdade. Mas, é uma tendência, e não é apenas uma questão de cultura. Faz parte de uma época que alguns, e eu faço parte deles, qualificam de pós-moderna.

SI: Em um artigo⁷, o senhor afirma, em consonância com a perspectiva de Jean Baudrillard, que a nossa época se tornou mais real que o real e translúcida pelo excesso de obscenidade. Em se tratando de visibilidade e exposição, você acha que tem um limite no consumo e no comércio dessa intimidade da vida pessoal? Qual seria esse limite?

PJ: É um limite que cada um quer colocar, enquadrar-se dentro de sua própria visibilidade. Existe uma discussão sobre o enquadramento jurídico da visibilidade, da minha própria e das dos outros. Será que eu posso mostrar? Será que eu posso jogar na rede o outro que eu conheço, que está numa situação que, talvez, não goste? Naquele momento, ele pode até aceitar a situação, mas, talvez depois, ele possa muito bem não aceitar ter vivido tal situação e ser exposto na rede. Então, é uma pessoa sob o estatuto jurídico da visibilidade de si mesmo, mas também da visibilidade do outro. Isso tem muito a ver com a questão da privacidade. Mas, essa questão da privacidade tem que ser relacionada com a questão da propriedade. No caso da vida privada, será que ela pode ser mostrada? Será que você é proprietário das suas identidades e, também,



das apresentações do seu corpo? Eu acredito que não. Para tomar dois exemplos: se acontecer um acidente com você na rua e uma ambulância for acionada, você vai ser levado para um hospital. A partir desse momento, você não é mais proprietário de você mesmo, está nas mãos dos médicos. Então, nesse caso específico, você não é proprietário do seu corpo. Da mesma forma, se acontece alguma coisa e você é preso, está detido até se resolver o caso. Mas, você não sabe como esse caso vai ser resolvido ou repercutido, então, não vai ter propriedade sobre o que está acontecendo com você.

SI: E como se dá a relação paradoxal da banalização do cotidiano junto com a sacralização do cotidiano?

PJ: Quando eu falo de sacralização do cotidiano isso significa que o cotidiano não é mais percebido como alguma coisa que não faz sentido ou que não tem importância. A partir do momento em que o cotidiano se torna objeto de atenção midiática, torna-se, de certa forma, sacralizado e valorizado. Quanto à banalização da violência, quanto mais se vê violência, mais se acostuma a ela, mas isso não significa que você não esteja fascinado com a violência apresentada. Então – e isso que é interessante, sobretudo em nível de mídia –, por um lado, você tem um objeto como o cotidiano, que se torna sacralizado, extraordinário. E, por outro lado, você tem como objeto a violência que, normalmente, é extraordinária, mas se torna “banal”. Pode existir um componente entre o cotidiano e a violência. Então, é um ponto de atrito, um ponto de fricção, que poderia existir em alguns programas, como, por exemplo, o cotidiano de pessoas que convivem com a violência, conforme eu expliquei antes.

Referências

JORON, Philippe. A transpiração do cotidiano ou os poros do real mediático. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, vol. 21, 2012, pp. 241 – 249.

Notas

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM/PUCRS – Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 7, Sala 319, CEP: 90619-900, Porto Alegre – RS, Brasil). Bolsista CAPES/FAPERGS. E-mail: erikaoikawa@gmail.com

2. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM/PUCRS – Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 7, Sala 319, CEP: 90619-900, Porto Alegre – RS, Brasil). Bolsista CAPES/PROSUP. E-mail: mateusdvilela@gmail.com

3. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM/PUCRS – Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 7, Sala 319, CEP: 90619-900, Porto Alegre – RS, Brasil). E-mail: li.bianchini@gmail.com

4. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM/PUCRS – Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 7, Sala 319, CEP: 90619-900, Porto Alegre – RS, Brasil). Bolsista CNPq. E-mail: pazdornelles@hotmail.com

5. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM/PUCRS – Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 7, Sala 319, CEP: 90619-900, Porto Alegre – RS, Brasil). Bolsista CNPq. E-mail: karinaweber.rs@gmail.com

6. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM/PUCRS – Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 7, Sala 319, CEP: 90619-900, Porto Alegre – RS, Brasil). Bolsista CAPES. E-mail: karineruy@gmail.com

7. Joron (2012).